



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP/ POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL
COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANEXO

TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____/2019-COAD/DLOG/PF

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº/2019-COAD/DLOG/PF, QUE
FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
POLÍCIA FEDERAL E A EMPRESA**

.....

A União, por intermédio da POLÍCIA FEDERAL, com sede no(a) SAS QUADRA 06 LOTES 09/A0-CEP 70.037-900, na cidade de Brasília /Estado DF, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0014-50, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº, doravante denominada CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº/2019-CPL/DICON/COAD/DLOG/PF**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de Escola Homologada pela Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, para ministrar curso de formação de pilotos visando à qualificação de 10 (dez) Policiais Federais para a obtenção de Licença de Piloto Comercial de Avião (PCA) com habilitação em voo por instrumentos (IFR) e habilitação em aeronaves multimotores (MLTE) de acordo com as exigências no regulamento RBAC nº 61 [7385980 ANAC | RBAC nº 61 EMENDA nº 07 - LICENÇAS, HABILITAÇÕES E CERTIFICADOS PARA PILOTOS. \(SUBPARTE E - LICENÇA DE PILOTO COMERCIAL 61.91 - 61.105\), ANAC | INSTRUÇÃO SUPLEMENTAR - IS nº 61-002 REVISÃO D \(Manual do Curso Prático de Voo por Instrumentos - IFR\); RBAC-141; ANAC | Manual do Piloto Comercial; Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica nº 091 7385986, no item 91.957, \(RBHA Nº 91\), subparte K – Operações Aéreas de](#)

Secc.dicon.jcs

Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva
Atualização: Dezembro/2018

Segurança Pública e/ou Defesa Civil e exigências estabelecidas neste instrumento, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

	ITEM	MÓDULO CURSO TEÓRICO PCA/IFR	A Preço Médio Unitário	B Quantidade Necessária por piloto	C Quantidade Necessária Total B X 8	D PREÇO MÉDIO TOTAL C x A
GRUPO 1	01	Curso Teórico de Piloto Comercial de Avião (PCA/IFR/MLTE) Modalidade: EaD Conteúdo: Piloto Comercial – Avião: preparação e atividade; Matemática; Física; Segurança de voo; Inglês Técnico; A Aviação Civil; Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita; Regulamentação da Aviação Civil; Regulamentação da Profissão de Aeronauta; Instrução Aeromédica; Conhecimentos Técnicos de Aeronaves; Meteorologia; Teoria de Voo; Regulamentos de Tráfego Aéreo; e Navegação Aérea Carga Horária: 320 horas/aula Incluso o fornecimento do material didático necessário, relativo às disciplinas a serem ministradas.	R\$ 2.813,68	1	*8	R\$ 22.509,44
	ITEM	MÓDULOS CURSO PRÁTICO PCA/MULTI/IFR	Preço Médio Unitário	Quantidade Necessária por piloto	Quantidade Necessária Total B X 10	PREÇO MÉDIO TOTAL C x A
	02	Instrução de solo e familiarização com aeronaves MNTE e MLTE (Groundschool)	R\$ 212,50	3	30	R\$ 6.375,00
	03	Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução pela ANAC para voos VFR	R\$ 502,25	79	790	R\$ 396.777,50
	04	Hora de voo em aeronaves multimotoras homologadas para	R\$ 1.569,75	14	140	R\$ 219.765,00

		instrução pela ANAC para voos MLTE VFR/IFR				
05		Hora de voo em aeronaves monomotoras homologadas para instrução pela ANAC, equipadas para voos IFR	R\$ 644,75	14	140	R\$ 64.475,00
06		Hora de voo em simulador homologado pela ANAC para instrução VFR/IFR	R\$ 181,25	25	250	R\$ 45.312,50
07		Custos Administrativos** (GRUs ANAC, taxa de examinadores em <i>check</i> de voo e taxa de matrícula para o curso prático PCA/IFR/MLTE,)	R\$ 503,75	1	10	R\$ 5.037,50
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$786.041,94						
* A formação de PC/MULTI/IFR que se propõe este TR se refere a 10 (dez) vagas, porém 2 (dois) dos alunos previstos já possuem o curso teórico.						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato no Diário Oficial da União, com início na data de/...../..... e, encerramento em/...../....., não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1 O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4 CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2019, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Pl:

Nota de Empenho:

4.2 No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5 CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e no Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6 CLÁUSULA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

7.1 O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8 CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

9 CLÁUSULA NONA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

9.1 As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO

10.1O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

10.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

10.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

10.3A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.4O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

10.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.4.3 Indenizações e multas.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – VEDAÇÕES

11.1 É vedado à CONTRATADA:

- 11.1.1 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- 11.1.2 Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ALTERAÇÕES

12.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

12.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

13.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

13.2 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

14.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília - DF - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20....

Representante legal da CONTRATANTE

Representante legal da CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Secc.dicon.jcs

Comissão Permanente de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Termo de Contrato - Modelo para Pregão Eletrônico: Serviços Contínuos sem dedicação de mão de obra exclusiva
Atualização: Dezembro/2018